

## COLONIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE NO SERTÃO PERNAMBUCANO

BARTIRA FERRAZ BARBOSA\*

Resumo: Este artigo é resultado de uma pesquisa em fontes primárias, onde foram levantadas aldeias indígenas e missões religiosas que existiram no século XVII e XVIII na região do Médio São Francisco pernambucano.

Quando da descoberta de Américo Vespúcio, em 1501, do famoso estuário do grande rio Central, as riquezas desta vasta região atraía a atenção dos viajantes e colonizadores, sempre a procura de oportunidade para enriquecer<sup>1</sup>. No entanto, foi em 1548, com a preocupação da colonização e exploração do vale do rio São Francisco que D. João III recomendou a Tomé de Souza, governador da província da Bahia, a ação desta conquista<sup>2</sup>.

Sabemos que a penetração do vale coube ao patrocínio das capitanias de Pernambuco, Bahia e São Vicente<sup>3</sup>. Caio Prado Jr. no entanto, refere-se a homens de Duarte Coelho, governador da capitania de Pernambuco, quando fala das primeiras entradas no mesmo vale, no período de 1543 a 1550, afirmando ainda ser o vilarejo de Penedo o centro da convergência do mercado de índios e escravos<sup>4</sup>.

Durante o século XVII, com o objetivo de apresamento de escravos índios, vendidos a dois cruzados por cabeça, as entradas inicialmente, promoveram um despovoamento. As matanças e capturas chefiadas por Sebastião Álvares, Francisco Barbosa da Silva, Francisco de Caldas, Gaspar de Ataíde e outros caçadores de índios, provocaram muita rebeldia entre os gentios. Rebeldia esta, utilizada pelos portugueses para acusá-los de selvagens ferocíssimos, na procura de obter tolerância dos padres<sup>5</sup>.

Discordando da posição de Capistrano de Abreu, a qual a conquista de regiões no Nordeste e Norte não atingiram os sertões, José Antônio Gonçalves de Mello baseia-se em documento de 1591, referente a viagem de Gabriel Soares de Souza que, em busca de minas em terras ribeirinhas do São Fran-

cisco, atingia em 1639, o “sertão de Rodelas”<sup>6</sup>. Enquanto para Capistrano na segunda metade do século XVIII não se penetrava em Pernambuco além de Bezerros, para José Antônio Gonçalves de Mello é inexplicável esta posição, mesmo admitindo haver um hiato na documentação pernambucana entre 1654 -fim da guerra holandesa- e 1710<sup>7</sup>.

Rebatendo a posição de Capistrano de Abreu, J. <sup>a</sup> Gonçalves de Mello refere-se a três roteiros, através dos quais se chegaria ao sertão, partindo do litoral:

1º. caminho “Caminho do Capibaribe até as nascentes, e contornando o território paraibano, atingia a ribeira do Pajeú, nos atuais municípios pernambucanos de Itapetim e São José do Egito, e por ela, seguia até o Brejo do gama, de onde cruzava em direção a Cabrobó, à margem do São Francisco”.

2º. caminho “Caminho do Ipojuca acompanhava o vale do rio Ipojuca e alcançava em seguida o vale do Moxotó, atingindo o rio São Francisco na Boa Vista”.

3º. caminho “Caminho comunicando a praça de Olinda com os sertões do São Francisco...o qual Azeredo Coutinho tinha mandado abrir durante o seu governo. Vê-se, que repete o traçado do caminho Ipojuca de 1738... Na verdade o Bispo Governador mandava examinar as distâncias, os pousos e águas para a comodidade das boiadas.”<sup>8</sup>

Os três caminhos citados acima, retratam as possibilidades de atingir o rio São Francisco por terras pernambucanas. Imaginando uma viagem tão longa para levar o gado ou mercadorias para fazendas do sertão, os caminhos do século XVII se constituíram na melhor maneira de se atingir esse objetivo, pois que margeando os rios Ipojuca, Capibaribe, Pajeú, Moxotó e São Francisco estavam a maior parte das fazendas, povoados e vilarejos da época, que serviam de apoio para os viajantes. Por ser muito longa a viagem exigia também água para saciar a sede dos animais transportados e para aqueles que transportavam mercadorias. Enfim, os rios formaram caminhos, deram apoio as atividades agropecuárias, possibilitando o povoamento ao longo de suas margens por todo o território pernambucano.

Outro roteiro nos é descrito por Pe. Martinho de Nantes, que em 1671 embarcava, provavelmente no Recife, em direção sul pela costa do Atlântico, até atingir a foz do rio São Francisco, de onde seguindo pelo mesmo rio atingia primeiro Penedo para chegar ao sertão de Rodelas e mais acima nas ilhas de

Aracapé e Pambu<sup>9</sup>.

Nos comentários de Barbosa Lima, no livro Relação de uma missão no rio São Francisco, ele destaca como se havia aprofundado o povoamento no médio São Francisco, quando da chegada e estada do Pe. Martinho de Nantes. Observa que no documento do capuchinho, o povoamento atingira o rio Salitre, junto a curva que o rio faz, quando se dirige para o sul, região esta onde existia o famoso sobrado, que dera nome à cachoeira de Sobradinho<sup>10</sup>.

Na conquista e colonização do sertão fizeram parte as missões religiosas de catequização dos índios, já em andamento em 1645, quando do aldeamento de Tapuyas chefiados por Francisco Rodelas, pessoa importante na luta contra os holandeses. Recebeu por sua valentia a patente de capitão dos índios da aldeia de Rodelas à margem do rio São Francisco<sup>11</sup>.

Pelo que escreve Borges da Fonseca na sua Nobiliarquia Pernambucana, sabe-se, com relação à conquista do território em questão, que André da Rocha Dantas, um nobre português, vindo a Pernambuco nos primeiros anos de sua povoação, foi o primeiro colonizador das terras do rio São Francisco, onde situou fazendas pastoris. Casou-se com dona Maria Barbosa, filha de um também povoador das terras do São Francisco, e dela teve muitos filhos, posteriormente aliados às famílias Lins de Porto Calvo, Marinho Falcão, Rego Barros e van Der Ley<sup>12</sup>.

Também consta na Nobiliarquia Pernambucana que Custódio Álvares Martins havia sido senhor de Rodelas no Pajeú, onde ele fundou uma capela sob a invocação de São Pedro e um engenho com o mesmo nome. Da capela de São Pedro nasceu o povoado assim denominado que em 1833 constava de 147 fogos e população de 771 habitantes e 81 escravos. O seu termo compreendia uma área de seis léguas de extensão sobre cinco de largura<sup>13</sup>.

Só a partir do período filipino, colonizadores e missionários passaram a ter maior incentivo, período que correspondem a ruptura da linha de Tordesilhas, ainda que oficialmente tenha sido mantida em vigor, motivando a ocupação do sertão pernambucano.

A conquista de terras em Pernambuco, foi marcada desde cedo, pelo adentramento dos colonizadores, no sentido Leste-Oeste, e pela violência com que os portugueses se impuseram como dominadores de tecnologia. No entanto, esta ação foi o resultado de uma política de doação de terras e de patentes reais impostos pela coroa portuguesa.

A vasta região do sertão pernambucano onde se desenvolveu parte da história da colonização do Brasil é atualmente composta pelos municípios de Tacaratu, Petrolândia, Floresta, Itacuruba, Belém do São Francisco, Cabrobó,

Santa Maria da Boa Vista e Petrolina que, com exceção de Tacaratu, são todos banhados pelo rio São Francisco que faz fronteira com o Estado da Bahia. No município de Tacaratu, o rio Moxotó marca o limite com o Estado de Alagoas.

Com uma área de aproximadamente 12.170 km<sup>2</sup>, os oito municípios citados anteriormente, têm clima, relevo e vegetação diferenciados em poucos pontos. Na região, predomina o clima semi-árido quente, com precipitações pluviométricas anuais que variam entre 400 a 800 mm<sup>14</sup>.

A vegetação de caatinga\* predomina em todo médio vale do rio São Francisco, incluído no polígono das secas; os brejos formam esparsos oásis verdes dentro deste ambiente seco da caatinga, nas zonas interioranas, longe das margens dos rios<sup>15</sup>.

Observamos casos de brejo no município de Tacaratu, localizados nas colinas que compõem a serra de mesmo nome. Em Floresta aparecem dois tipos de caatinga: nos terrenos pedregosos do vale do Pajeú e do riacho do Navio, a caatinga de pedra e, nos altos que circundam o vale do riacho dos Mandantes e nas elevações da Serra Negra e a do Periquito, aparece a caatinga de areia<sup>16</sup>.

Os botânicos classificam a vegetação da caatinga como plantas baixas formando moitas esparsas, separadas pelo solo nu. Nos solos pedregosos predominam facheiros, macambinas e xique-xique podendo aparecer árvores comuns nesta região, como o umbuzeiro, juazeiro, baraúna, aroeira e pau-ferro<sup>17</sup>.

O botânico Nelson Moreira descreve a vegetação da caatinga como:

“Durante o período de seca, a caducidade das folhas de maior porte dos elementos desta região, os galhos ressecados alguns caídos no chão, o solo totalmente descoberto de vegetação emprestam à pastagem um ar desértico e triste e uma coloração monocromática-acinzentada. Este aspecto desolador que perdura geralmente por oito meses, podendo, como já aconteceu, prolongar-se por mais um ano, muda completamente, em um espaço de três dias em média, quando das primeiras chuvas. Então, este imenso deserto, aparentemente inanimado, modifica sua aparência oferecendo maravilhoso colorido: árvores e arbustos cobrem-se de folhas verdes, nas mais variadas tonalidades, o solo nu quase que desaparece sob as gramínias rasteiras que se insinuam entre os elementos de porte mais elevado; trepadeiras e epífitas desabrocham em flores sobre os arbustos florescentes”<sup>18</sup>.

Os meses mais chuvosos do trecho Petrolândia-Santa Maria da Boa Vista são janeiro, fevereiro e março, que se constituem no inverno dessa região. Nesse período invernos, cai a temperatura à noite, mas como não há uma alta de densidade pluviométrica, esta estação é classificada como inverno seco<sup>19</sup>.

Segundo Geraldo Rocha, no seu livro O Rio São Francisco, este rio “em ciclos mais ou menos regulares, quando as chuvas generalizam-se pelas suas cabeceiras e pelos seus afluentes, arrasta massa d’água colossal, que inundando todo vale, alarga-se por dezenas de quilômetros e carrega, nas suas catadupas, construções e plantações ribeirinhas. Em outras ocasiões, faltam as chuvas durante períodos de doze meses. Às noites, cai um orvalho abundante, deixando as folhas molhadas. Prolongando-se a seca, esgotam-se as lagoas dos centros obrigando animais e populações fazerem longas caminhadas para conseguir água nas margens do rio São Francisco e logo depois regressar.

As gramíneas desaparecem das vazantes, as árvores se despem de folhas com exceção do juazeiro e cactos que conservam a coloração verde”.<sup>20</sup>

Esses grandes períodos de seca não são um fenômeno recente. Sobre eles escreve Maria Luiza Marcílio, que a história registra ocorrência de secas nos anos de 1606, 1710 a 1711, 1723 a 1727, 1736 a 1737, 1744 a 1745, 1777 a 1778 e 1791 a 1793<sup>21</sup>

Da cachoeira de Pirapora a de Itaparica o rio São Francisco corre em perfil cada vez mais acentuado; o *talwegue\**, torna-se mais fundo e o leito mais agitado pelas águas, que se precipitam de pedra em pedra, quase impossibilitando a navegação.

A vegetação adquire aspectos mais selvagens, abundando os cactos, as favelas e os cansanções. A flora difere em absoluto daquela do curso superior do rio.

A partir de Cabrobó, cidade pernambucana, o rio São Francisco abandona sua diretriz geral, de Sul a Norte, para se inclinar em direção a leste, exercitando-se em saltos menores até chegar à garganta da Serra da Borborema, onde se despeja em catadupas de uma altura de 91 metros no trecho da atual represa de Paulo Afonso, para seguir em busca do oceano, no qual se lança depois de um percurso de vinte e nove mil quilômetros.<sup>22</sup>

Na parte inferior do seu curso, isto é, da Santa Maria da Boa Vista até o mar, o São Francisco corre entre terras secas não possuindo afluentes de grande importância, mas é neste trecho que ele oferece, de salta em salto, nas cachoeiras de Itaparica a Paulo Afonso, fonte de energia hidroelétrica das mais importantes para o Nordeste.<sup>23</sup>

No período colonial a região pernambucana se estendia da antiga comarca do São Francisco até a Lagoa do Paranaguá, no atual Piauí, ou como dizia Cândido Mendes, no seu Atlas do Brasil:

“O alto sertão do rio compreendia o município de Cabrobó, a nascente do rio Pajeu até sua deságua no rio São Francisco, subindo a margem do mesmo

até o rio Curunhanha e seguindo a margem esquerda acima até sua nascente nas costas das serras da Tabatinga e do Duro; daí incorporando as serras da Gurguéia, Piauí e Dois Irmão, internava-se pela atual região do Piauí, descendo pelo rio Canindé até chegar a sua foz no Parnaíba de onde subia por este rio acima até sua origem nas fraldas da Serra das Mangabeiras também conhecida por Tabatinga”.<sup>24</sup>

Com relação a estes limites com o Piauí, uma patente régia de 30 de setembro de 1700 confirma a nomeação que faz o governador de Pernambuco, Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro, a Bento da Rocha Mota para o posto de Capitão de Índios da Capitania dos Rodelas, incluindo os distritos dos rios Parnaíba, Gurguéia e Itaguera.<sup>25</sup> A referida Capitania dos Rodelas no Piauí é novamente mencionada em outra patente régia de 19 de dezembro de 1701, quando a confirmação da nomeação feita pelo referido governador de Pernambuco a Antônio Gomes de Sá para o posto de capitão-mor para a freguesia de Nossa Senhora da Vitória do Piauí, Sertão de Rodelas. Trata-se, portanto da Paróquia de Nossa Senhora da Vitória do originário arraial de Cabrobó, depois chamada Vila do Moxa e por último cidade de Oeiras, antiga capital do Piauí.<sup>26</sup> Confirma, portanto, que o Piauí, na primeira fase de sua vida colonial, estava sobre jurisdição da Capitania de Pernambuco. Ao longo do trecho Petrolina a Paulo Afonso, o rio São Francisco tem suas maiores quedas d’água e um grande número de ilhas, hoje todas pertencentes ao estado de Pernambuco. De tamanho variado, as ilhas estão distribuídas durante este percurso, mas pode ser observado uma maior concentração delas entre o município de Santa Maria da Boa Vista e a cidade de Itacuruba, no município do mesmo nome. Devido ao seu deslocamento, provocado pela construção da barragem de Itaparica, a antiga cidade de Itacuruba recebeu o nome de Nova Itacuruba.

Ainda por motivos da construção dessa barragem, muitas ilhas foram submersas pelas águas da represa, algumas, como a Ilha de Sorobabel, no município de Itacuruba, com todos os restos da antiga aldeia de índios e missão religiosa do mesmo nome, descoberta e escavada pela equipe do NEA-UFPE nos anos oitenta.<sup>27</sup>

As maiores ilhas deste trecho são a do Pontal, da Missão, do Inhanhum, de Aracapé, de Assunção, da Vargem Grande, de Sorobabel e do Taboleiro.<sup>28</sup>

Apesar da bibliografia ser extensa sobre habitantes primitivos do país, os brasileiros pouco sabem a respeito deles, em parte porque os textos produzidos utilizam uma linguagem técnica específica, o que dificulta o acesso ao grande público e/ou por estarem escritos em língua estrangeira.<sup>29</sup>

Sobre as populações indígenas, na região do médio São Francisco pernambucano, existem vários estudos e artigos, mas observamos uma maior quantidade de publicações relativas a outras regiões ; talvez pela distribuição dos grupos tribais ao longo do território nacional e sua maior concentração nos estados do Amazonas e do Maranhão.<sup>30</sup>

Segundo Júlio Cezar Melatti, não se sabe quantos grupos indígenas existiram no Brasil quando se iniciou a conquista européia. Sabe-se entretanto, que a população aborígene decresceu desde então rapidamente e não deixou de diminuir até hoje. Basta dizer que, no ano 1900, o número de grupos tribais no Brasil era de duzentos e trinta, entretanto em 1957, era, somente, de cento e quarenta e três. Em apenas cinquenta e sete anos , desapareceram oitenta e sete grupos tribais.<sup>31</sup>

As diferenças biológicas e lingüísticas podem ser muito grandes entre as tribos indígenas, tenham elas entre si relações amistosas ou hostis. No entanto, é do conhecimento comum ser a língua Tupi a única falada entre os nativos. Tal qual desinformação é consequência do contato entre portugueses e índios do litoral brasileiro, no período colonial, onde predominava a língua Tupi. Apreendida por missionários e colonizadores, facilitando desta maneira a colonização, dotaram-na de uma gramática de modelo latino. Não somente aprenderam a utilizá-la como obrigaram sua aprendizagem entre índios de tribos de outras tradições lingüísticas. O Tupi passou a ser sinônimo de “língua geral”, resultado da evolução do antigo Tupi, modificado pelos missionários através da gramática.<sup>32</sup>

Aos índios denominados de Tapuyas, com tradição lingüística diferente da Tupi, foi dada denominação de “povos de língua travada”, por não ter sido facilmente aprendida pelos europeus. As tribos Tapuyas, por se localizarem no agreste e sertão de Pernambuco, ficaram mais tempo isoladas, se comparadas com as outras do litoral, e iniciaram suas relações com os colonizadores do final do século XVI para início do século XVII.<sup>33</sup>

Em estudos realizados sobre a língua Tapuya, Von Martius afirma existir várias línguas e não apenas uma, como pensava-se anteriormente, designando a todas elas de Tapuya. Ele destacou a existência de três línguas, uma delas a língua Jê. Posteriormente, as outras duas ao serem estudadas, verificou-se pertencer uma delas também à família Jê.<sup>34</sup>

Nas tabelas e mapas de Melatti, as aldeias com missões religiosas ora em estudo, estão classificadas como pertencentes ao grupo de língua do tronco Macro-Jê, sendo elas Atikum, Pankararu, Tuxá e Trucá. Todas hoje não mais faladas pelos seus grupos tribais.<sup>35</sup>

Segundo Horácio de Almeida, Tapuya era a denominação que os povos de raça Tupi davam aos inimigos vencidos e que foram batidos para os chapadões do interior.<sup>36</sup>

Como dizia Pereira da Costa, os Tapuyas originalmente dominaram o sul do Brasil, até que expulsos pelos Tupis, ficaram todos ocupando o vasto território que se estende desde a foz do rio São Francisco até o rio Cricaré, chamado depois de São Mateus, no Estado da Bahia, até que passaram a ocupar a zona sertaneja de Pernambuco desde a margem esquerda do rio São Francisco, estendendo-se pelo interior, principalmente até o rio Piauí.<sup>37</sup>

A cultura material destes grupos indígenas lhe permitia grande mobilidade, que por sua vez tornava-se uma necessidade nos grandes períodos de seca. Talvez o maior número de deslocamentos desses grupos também tenha causa no fator econômico, pelo não conhecimento da agricultura, que vivem da caça, coleta e pesca.<sup>38</sup>

Sobre os Tapuyas, Brandão, cronista do período colonial, faz também uma descrição: “Trazem os cabelos crescidos como os de mulheres como serem geralmente tão temidos que é bastante um só Tapuyas para fazer fugir muitos, e assim entram mui poucos por grandes aldeias mui confiados, e delas tomam tudo o que querem, sem ninguém lhe ir à mão, e ainda as próprias mulheres lhe deixam levar, tão grandíssimo medo lhes cobrado”.<sup>39</sup>

Com base em aldeamentos indígenas, Pereira da Costa fez uma descrição dos grupos de Tapuyas aldeados na região atual de Petrolina, descendo o São Francisco até o município de Paulo Afonso<sup>40</sup>. Citaremos apenas os grupos indígenas pernambucanos localizados em ilha ou terra firme.

MUNICÍPIO	TRIBO	LOCALIZAÇÃO
Santa Maria da Boa Vista	Tamaqueus	Ilha do Pontal
Santa Maria da Boa Vista	Coripós	Ilha dos Coripós
Santa Maria da Boa Vista	Kariri	Ilha de Inhanhum
Orocó	Kariri	Ilha Sta.M.da Boa Vista
Orocó	Kariri	Ilha de São Miguel
Orocó	Kariri	Ilha do Cavalo (São Félix)
Orocó	Kariri	Ilha de Aracapá
Cabrobó	Kariri	Ilha de Assunção
Cabrobó	Kariri	Ilha do Pambu
Belém do São Francisco	Poru e Brancararu	Ilha de Beato Serafim
Belém do São Francisco	Poru e Brancararu	Ilha de Acará

Itacuruba	Poru e Brancararu	Ilha de Sorobabel
Floresta	Pipipã	Missão Jacaré
Tacaratu	Pankararu	Missão Brejo dos Padres

Obs: Hoje apenas os Pankararus estão no local antigo de aldeamento indicado na tabela.

Além dos grupos indígenas relacionados e citados por Pereira da Costa, encontramos na *INFORMAÇÃO GERAL DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO DE 1749*, publicada no V. XXVII dos Anais da Biblioteca Nacional, informações sobre algumas aldeias, incluídas na época da jurisdição de Pernambuco e na freguesia de Nossa senhora da Conceição de Rodelas, não citadas por Pereira da Costa. São elas: Aldeia de Missão Nova de São Francisco do Brejo, situada na ribeira do Pajeú com várias nações de Tapuyas; Aldeia de Santo Antônio, situada na ilha de Irapuá, com uma nação de índios Kariris; Aldeia de Senhor Santo Cristo, situada no Araripe, com nação de Tamaqueus-Inalna; e por último, Aldeias de Aricobé, com uma nação de “caboclos Aricobé”, de língua geral.<sup>41</sup>

Observamos que no mesmo documento citado anteriormente, as aldeias localizadas nas ilhas de “Sorobabel”, Acará e Varge, corresponde em Pereira da Costa às ilhas de Sorobabel, Acará e Várzea e tendo como habitantes os índios das nações Porcás e Brancararus. Acreditamos que sejam Poru e Porcás uma mesma nação, apenas com uma modificação na sílaba terminal devido a uma interpretação lingüística.

Hoje, resta um pequeno número de índios que habitam em reservas controladas pela FUNAI. No Brasil, os índios estão atualmente reduzidos a cento e quarenta e três grupos<sup>42</sup>, e as reservas indígenas localizadas no médio São Francisco pernambucano, na região que ora enfocamos, se resumem a três grupos: a reserva de índios Atikuns, na serra do Umã no município de Floresta; a reserva de índios Trukás, na ilha de Assunção no município de Cabrobó e a reserva dos índios Pankararus, no Brejo dos Padres no município de Tacaratu.

Comparando a relação de aldeamentos relatada por Pereira da Costa com o número atual de reservas na mesma região, concluímos que durante o século XIX ocorreu uma provável dispersão e miscigenação da população indígena, com as populações de cidades vizinhas em expansão, levando a desintegração quase que total dos aldeamentos.

Abstract: This article is result of a investigation in fountain primary where did is upright aboriginal villages and religious missions wich did exist in the century XVII and XVIII in the region of the intermedieate São Francisco pernambucano.

✉ ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Bartira Ferraz Barbosa  
Rua Francisco Lacerda, 288  
Várzea, Recife - PE  
CEP: 50.741-150

NOTAS:

\* Professora da Universidade Federal de Pernambuco

1 Lins, Wilson. O médio São Francisco. Uma sociedade de pastores guerreiros. P.20.

2 Id. Ibid., p.19.

3 Prado Jr., Caio. História econômica do Brasil. p. 43.

4 Lins, Wilson. Op. Cit., p.21-22

5 Mello, J. <sup>a</sup> Gonçalves de. três roteiros de penetração do território pernambucano - 1738 e 1802. P.8.

6 Id., p. 8

7 Id., ibid., p. 9-10.

8 Id. ibid., p. 9-10

9 Nantes, Pe. Martinho de. Relação de uma missão no rio São Francisco. P. 2.

10 Id. ibid., p. 105.

11 Costa, <sup>a</sup> F. Pereira da. Anais Pernambucanos, v. 4, p. 80.

12 Id. Ibid., v. 4., p. 483.

13 Id. Ibid., v. 4., p. 483.

14 Inventário do Patrimônio Cultural do estado de Pernambucano - sertão do São Francisco. IPAC/PE FUNDARPE. P.49, 75, 105, 177, 181, 201.

\* *Caatinga*: chamar-se-á de caatinga ou catinga todas regiões áridas cobertas por arbustos e árvores de menos de 7 metros de altura. A insuficiência de água não permite brotar qualquer tipo de capim. Na linguagem indígena, caatinga significa floresta aberta, de “*caa*”, mata e “*tinga*”, clara, aberta (Mattoso, Kátia M. de Queiroz . Bahia: Cidade do Salvador e seu mercado no século XIX, p. 19.)

15 Lins, Wilson. Op. Cit. , p. 106.

- 16 Inventário do Patrimônio Cultural de Pernambuco - Sertão do São Francisco. Op. Cit., p. 75 e 105.
- 17 Id. Ibid., p. 21.
- 18 Id. Ibid., p.22-23. Citação de Nelson Moreira da Silva. ATLAS do Brasil, p. 200.
- 19 Atlas Geográfico. Fundação Instituto Brasileiro de geografia e Estatística MEC\_FAE. Rio de Janeiro. 1984. P. 36,44.
- 20 Rocha, Geraldo. O rio São Francisco. Fator precípua da existência do Brasil. p. 41-43.
- 21 Pires, Idalina da Cruz. Colonização e conflito: O povoamento do sertão nordestino e a “guerra dos bárbaros”. Citação Marfai Luiza Marcílio, p. 12.
- \* Linha sinuosa no fundo de um vale pela qual correm as águas.
- 22 Rocha, Geraldo. Op. Cit., p. 251, 252.
- 23 Id Ibid., p. 267, 268.
- 24 Costa, A. F. Pereira da Costa. Anais Pernambucanos. V.4, p.481.
- 25 Id. Ibid. , v.4, p. 482.
- 26 Id. Ibid., v.4, p. 80.
- 27 Martin, Gabriela. Arqueologia nas missões religiosas do vale do rio São Francisco. P. 292, 296, 297.
- 28 Mapas do Ministério do Exército. Folhas SC.24-V-D-II; SC.V-D-II; SC.V-B-V;SC.24-V-B-VI; SC.24-X-A-IV; SC.24-D-IV; SC.24-X-C-III.
- 29 Melatti, Júlio Cezar. Índios do Brasil. p.1.
- 30 Id. Ibid., p.26,27.
- 31 Id. Ibid., p.29
- 32 Id. Ibid., p. 31.
- 33 Id. Ibid., p.32.
- 34 Id. Ibid., p.33
- 35 Id. Ibid., p. 35, 37, 40
36. Pirez, Maria Idalina da Cruz. Op. Cit., p.22. Cita Horácio de Almeida. História da Paraíba, p. 274.
- 37 Costa, A. F. Pereira da. Op. Cit., v. 5, p. 159.
- 38 Pirez, Maria Idalina da Cruz. Op. Cit., p.43.
- 39 Id. Ibid., p. 24.
- 40 Costa, A. F. Pereira da. Op., cit., v. 5. P.38.
- 41 Id. Ibid., p.122,123, nota de Barbosa Lima.
- 42 Rocha, Geraldo. Op. Cit., p. 14,15.